

Interior sofre mais com crise da saúde

A maioria das pessoas que passam férias ou fins de semana no Interior do Estado não sabe o que enfrentará se precisar de atendimento médico de emergência. Os poucos hospitais do Interior — a maior parte mantida pelas prefeituras — estão desaparelhados, com carência de mão-de-obra especializada e de recursos. Muitos Municípios sequer dão conta de atender sua população fixa. Muito menos a flutuante.

Um acidentado corre o risco de

não ter a perna engessada por falta de gesso, por avaria no aparelho de Raio X ou pela ausência de um ortopedista. A realidade do atendimento faz com que as placas nas estradas que aconselham hospitais em caso de acidentes se tornem meramente decorativas. Longe de uma fiscalização atuante, a saúde no Interior ficou ao Deus dará. E Deus não deu.

Segundo denúncia feita por médicos de Parati ao Conselho Regional

de Medicina (Cremerj), a situação daquele Município é delicada: só há uma ambulância, que remove pacientes não por decisão médica, mas conforme designa um dono de farmácia, amigo do Prefeito. Quando chega ao hospital, mantido pela Santa Casa da Misericórdia, um doente em estado grave dificilmente permanece lá por muito tempo. Ele é levado para a cidade paulista de Guaratinguetá, distante quatro horas, porque o hospital de Angra dos Reis

não tem condições de atender e nunca se sabe se no Rio haverá vagas.

Para o Primeiro Secretário do Cremerj, Franklin Rubinstein, a escassez de recursos, o sucateamento dos hospitais e a evasão dos médicos da rede pública devido aos baixos salários e às péssimas condições de trabalho contribuem para essa situação. Ele acha que os Municípios deveriam ser dotados de atendimento básico — como os serviços de pediatria, clínica geral, ginecologia e

obstetrícia, cirurgia geral, emergência e atendimento psicológico — para evitar que todas as doenças sejam atendidas pela emergência.

A opinião é compartilhada pelo Subsecretário estadual de Saúde, Felipe Cardoso, que diz que 80 por cento dos casos atendidos pela emergência não são urgentes, porque essa unidade acaba servindo de referência para a comunidade que não tem por perto um posto de atendimento básico.

O Subsecretário diz que a situação melhorou nos Municípios da Baixada Fluminense — os que mais sobrecarregavam com seus doentes os hospitais do Rio — depois da construção do Hospital da Posse e da recente instalação, pelo Governador Moreira Franco, de 14 mini-hospitais na região. Tanto para Rubinstein quanto para Cardoso, a solução do problema passa pela implantação do Sistema Único de Saúde.